

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 15/08/2014 - Edição 1102

Seminário ressalta necessidade de impedir avanço da terceirização



Auditório do Ministério Público Federal ficou lotado no primeiro dia do seminário (Fotos: Edgar Marra)

O auditório do Ministério Público Federal, em Brasília, tomado por mais de 500 pessoas nesta quinta-feira (14), deixou clara a importância da luta contra a terceirização sem limites para a agenda de diversos setores da sociedade brasileira.

Até esta sexta, representantes do movimento sindical, Academia, Poder Judiciário, setor público e sociedade civil promovem o seminário “A terceirização no Brasil: Impactos, resistências e luta” para discutir mecanismos de defesa das

condições dignas de trabalho. O assessor jurídico da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Dr. Jonas Duarte, representou a entidade no seminário.

A amplitude da plateia se refletiu também na mesa de abertura com 15 convidados, que representavam a grande unidade do Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, organização criada após um ato político convocado em 2011 pela CUT.

Secretária de Relações do Trabalho da Central, Maria das Graças Costa, destacou que no momento em que os movimentos sindical e social lutam para que o Senado regule o que é trabalho escravo e pontos ainda pendentes na PEC das Domésticas, não é possível pensar em retrocessos na legislação trabalhista. Diante disso, é preciso estar atento a quem são os aliados e os inimigos da classe trabalhadora.

“Estamos fazendo esse seminário em momento eleitoral e temos que eleger homens e mulheres com condição de nos representar no Congresso Nacional. Não adianta nos juntarmos aqui, se quem está lá não nos representar. Somos exemplo hoje de enfrentamento ao capitalismo e não aceitaremos andar para trás”, afirmou.

A cada intervenção, a certeza era de que a terceirização não tem outra finalidade a não ser promover o lucro para os empresários por meio da retirada de direitos, do achatamento de salários e da diminuição da capacidade de representação dos sindicatos. Além de andar lado a lado com os mais altos índices de rotatividade, acidentes fatais no local de trabalho e, portanto, com a exploração da mão de obra.

“O trabalho escravo e a terceirização estão intimamente ligados”, apontou o coordenador da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, José Armando Guerra.

Atenção ao Supremo

Após o Projeto de Lei 4330/2004 - que permitia terceirizar sem limites e atacava direitos trabalhistas - ser engavetado no Congresso Nacional por conta da mobilização da classe trabalhadora, os empresários recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar uma ação civil pública da Celulose Nipo Brasileira (Cenibra).



Para Belluzzo, trabalhadores continuando pagando a conta pela fome insaciável do capitalismo

A empresa questiona a decisão do TRT-MG e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de condená-la por terceirizar a atividade-fim e impedi-la de manter essa prática. Mesmo com a decisão do Judiciário trabalhista, o STF aceitou que o caso fosse julgado como uma Ação de Repercussão Geral.

Isso significa que não é mais a questão específica da empresa que está em pauta, mas sim se a terceirização da atividade-fim deve ser permitida no país. E, assim, a decisão passará a referendar os demais julgamentos no país.

Para Alexandre Caso, da Intersindical, a Corte Suprema não pode ignorar o conhecimento acumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos dossiês apresentados pela classe trabalhadora, que escancaram as condições desiguais entre terceirizados e contratados diretos.

Vice-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Fernando Silva, acredita que a mudança na interpretação do tema pelo STF, que não considerava a questão constitucional, favorece apenas o empregador. “Não é preciso outro instrumento legal para regular essa questão, já temos a constatação diariamente de que é um sinônimo de direitos prejudicados e diminuídos”, disse.

A discussão no Supremo e a possibilidade de mudar as regras colocam em xeque, inclusive, a atuação de setores do Judiciário que fiscalizam fraudes e cobram ações para combatê-las, como o Ministério Público, defendeu o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Mauro Menezes.

Governo, tribunal e academia

Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Manoel Messias, destacou que a aprovação do PL 4330 não ocorreu porque os empresários insistiram no ataque aos direitos trabalhistas. Indiretamente, ele também criticou que a questão seja resolvida no Judiciário e não na mesa de negociação, como vinha sendo discutido o projeto.

“A negociação é o caminho para podermos avançar, colocando o capital e o trabalho para negociar limites que permitam direitos efetivos. Até agora não houve consenso porque os empresários queriam retirar limites (para a terceirização), recusando direitos de trabalhadores se manterem unidos em representação sindical única e não fragmentada diante do empregador.

O mecanismo que precisamos avançar é esse, estabelecer regras, e não permitir que terceirização vá para o núcleo da atividade considerada fim”, defendeu.

Representantes da Academia e do Tribunal Superior do Trabalho, o professor José Dari Krein e o ministro José Roberto Pimenta apontaram a necessidade de ter lado nessa discussão.

O primeiro justifica que as pesquisas mostram efeitos perversos da terceirização para a construção de uma sociedade que deseja ser minimamente civilizada. E o segundo ressaltou a obrigação de defender justamente a legislação.

“Antes de dizerem que, como magistrados não deveríamos nos manifestar antecipadamente, quero lembrar que quando ingressamos na magistratura, juramos cumprir a legislação brasileira e é esse o papel que cumprimos ao controlar um fenômeno tão perigoso quanto a terceirização.”

Trabalhadores na mira

Ao final, talvez não exista melhor definição de terceirização do que a do professor Luiz Gonzaga Belluzzo, que encerrou o primeiro dia com uma palestra sobre a precarização e os desafios do mundo do trabalho para superá-la

Para ele, que criticou o enorme número de sindicatos no Brasil, - “cerca de 20 mil, contra 13 na Alemanha, comparou” - assim funciona o capitalismo: “vamos ganhar competitividade e flexibilizar o mercado de trabalho. Sabe o que isso significa? Descer porrada em cima de vocês.”

Fonte: Luiz Carvalho – CUT



Patrões alegam fragilidade jurídica porque querem afrouxar regras para terceirização, dizem juristas



Procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo

Foto site: <http://prt5.mpt.gov.br/>

Para o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio de Melo, o argumento da fragilidade jurídica empregado pelos os empresários quando o assunto é regulamentar a terceirização tem um objetivo: precarizar ainda mais as relações trabalhistas.

“Há discordância quanto à jurisprudência porque querem reduzir custos, querem ampliar a precarização. E quando sentiram enorme dificuldade na aprovação do Projeto de Lei 4330 na Câmara, foram buscar outras formas de precarizar as relações de trabalho”, disse.

O magistrado participou nesta quinta-feira (15) do seminário “A terceirização no Brasil: impactos, resistência e lutas”, que tem o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, do qual a CUT faz parte, como um dos organizadores.

Melo e outros magistrados dedicaram-se neste primeiro dia a derrubar mitos que os patrões, com apoio da velha mídia, ajudam a construir sobre o essa forma de contratação.

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, José Roberto Pimenta apontou que a terceirização não é algo natural do processo evolutivo econômico, mas uma opção política de cada país. Lembrou que a França proibiu, assim como Equador e Venezuela.

Ressaltou, ainda, que a discussão é sobre a forma e o conteúdo, destacando que há um Projeto de Lei do deputado Vicentinho (PT-SP) sobre a terceirização, construído em consenso com as centrais, que proíbe a terceirização na atividade-fim e defende a igualdade de direitos entre terceirizados e contratados diretos.

Para ele, uma lei que garante a isonomia salarial e o direito de os trabalhadores se filiarem e serem representados pelas mesmas entidades sindicais que os contratados diretos pela empresa poderia ser aceita tanto pelo movimento sindical quanto pelos juristas.

“Mas se isso acontecer, desaparecem as vantagens em terceirizar”, ironizou.

Ele ainda rebateu a tese da eliminação dos postos de trabalho em caso de proibição da terceirização ou de limitação dessa forma de contratação no caso das atividades-fim.

“Quem usa esse argumento faz pouco da inteligência de quem ouve. A relação é formada entre o trabalhador e o tomador de serviço e não eliminamos isso, porque as empresas não poderão abrir mão de suas atividades”, explicou.

Sem limites

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Maurício Godinho

Delgado, também repudiou a ideia de que a legislação brasileira engessa a chamada livre iniciativa, na prática, a liberdade absoluta do capital estabelecer relações de trabalho sem respeito aos trabalhadores.

“Nem as constituições no regime militar, mesmo a mais autocrática, o Ato Constitucional Número 1, de 1969, reviviam ideias excludentes de Estado irresponsável. Nem essas reacenderam ideia de livre iniciativa privada ou propriedade privada sem limites e sem controle”, lembrou.

Para Godinho, a Constituição de 1988 assegura o direito de propriedade, mas determina a restrição à sua função social.

Empregos?

Também ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Kátia Arruda desmente a tão propagada ideia da geração de milhares de empregos pela contratação de trabalhadores terceirizados. “Ouço dizer que a terceirização teria criado 10 milhões de empregos. Não houve criação de vagas, mas a substituição dos empregados diretos por postos onde a rotatividade é 76% superior ao dos contratos diretos, onde os salários são 67% menores. No setor elétrico, por exemplo, o risco de acidentes entre terceirizados é cinco vezes maior.”

Para ela, a ideia de que a competitividade vai cair se a terceirização for proibida é também um mito. “Como a competitividade pode ser alta se falamos de um cenário com trabalho precário, desestruturação sindical e situação análoga à escravidão?”, questionou.

Fonte: CUT

CONTAG repudia o assassinato da sindicalista Maria Lucia do Nascimento



Sindicalista Maria Lucia do Nascimento. Foto arquivos pessoais

A Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – CONTAG, vem a público manifestar sua indignação, revolta, tristeza e pesar, como também, exigir das autoridades competentes a punição exemplar dos responsáveis pelo covarde assassinato da sindicalista MARIA LUCIA DO NASCIMENTO, no dia 13 de agosto de 2014, às 14 horas, alvejada com três tiros fatais.

Maria Lucia foi presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de União do Sul, município de Mato Grosso, liderança sindical atuante na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Era assentada na Gleba Macaco, terras reconhecidas legalmente como terra pública da União, onde coordenava a luta pela regularização do Assentamento com mais vinte e cinco famílias de trabalhadores(as) rurais.

As ameaças de morte já vinham sendo feitas publicamente pelos capangas e pelo fazendeiro Gilberto de Miranda, pretenso proprietário da área. Prova disso foi por ocasião da entrega da Certidão pela Justiça informando

sobre o não cumprimento da Liminar, o fazendeiro Gilberto Miranda, bradou em alto e bom som “que destas terras só sairia morto e que estava pronto para uma batalha, tanto pra morrer quanto pra matar” ao mesmo tempo em que expulsava os servidores da justiça, disse que “todos que entrarem naquelas terras sem prévia comunicação ou sem a sua autorização estariam correndo risco, pois segundo ele, aquelas terras estariam bem protegidas por homens fortemente armados”.

A sindicalista se tornou alvo de ameaças pelos fazendeiros da região em razão de sua firme atuação na presidência do Sindicato, focada na defesa de trabalhadores rurais que lutam pela terra, fato que contrariou fortemente os interesses de invasores de terras públicas da União, mas, mesmo com as ameaças, Maria Lucia continuou firme na luta, porém calaram sua voz de forma covarde.

Esse assassinato explicita a violência com que os representantes do agronegócio reagem ante a possibilidade da criação de projetos de assentamentos e/ou regularização fundiária de milhares de famílias trabalhadoras rurais em

todo o país. Reagem como verdadeiros agrobandidos, que para manter seus interesses, não têm escrúpulos em destruir vidas.

O que nos entristece, e causa revolta, é ausência de ações efetivas do Estado para coibir a violência, pois as ameaças já haviam sido denunciadas, mas a certeza da impunidade, que é o combustível que alimenta a escalada da violência no campo, encorajou-os cumprirem as ameaças.

Exigimos proteção para os companheiros e companheiras que continuam na luta e uma investigação rápida para a punição, tanto dos executores quanto dos mandantes desse crime bárbaro.

Reafirmamos que a solução definitiva dos conflitos pela posse da terra é a realização de uma reforma agrária, ampla massiva capaz de democratizar a propriedade da terra e criar bases para a construção da mudança do atual modelo de desenvolvimento que é excludente, predatório, concentrador da terra, da renda e do poder por um modelo sustentável e solidário.

Brasília, 14 de agosto de 2014.

Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Fala CNTV

A CNTV lamenta a morte da companheira e se junta à Contag para exigir que o assassinato seja investigado e que os criminosos sejam punidos. Vigilantes de todo o país se solidarizam com a dor da família neste momento de luto.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF